

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

PSD, O VOTO CREDÍVEL



De Norte a Sul, um mar de gente recebe com entusiasmo a comitiva do Partido Social Democrata. Os portugueses querem a mudança e Rui Rio para Primeiro-Ministro de Portugal



pág. 12

PARLAMENTO

FALTA DE OBSTETRAS NA MATERNIDADE DE BRAGANÇA É "INACEITÁVEL"

Adão Silva diz que é "inaceitável" a falta de obstetras na Maternidade de Bragança e defende que "o Governo tem de fazer tudo para dotar a Maternidade de Bragança dos médicos obstetras em número adequado para o seu bom funcionamento"



pág. 13

LOCAIS

BRAGA - PSD PRIORIZA EDUCAÇÃO NO CRESCIMENTO DO PAÍS

Durante uma visita à Escola Técnica Superior Profissional do Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA), Firmino Marques e João Granja consideraram fundamental fomentar a integração dos estudantes no mercado de trabalho



pág. 14

REGIONAIS

GOVERNO DOS AÇORES QUER MAIS AUTONOMIA FISCAL NA LEI DE FINANÇAS REGIONAIS

O presidente do Governo dos Açores defende maior autonomia tributária dos Açores e Madeira no quadro de uma revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, visando promover a "competitividade territorial" e captar investimento externo

RUI RIO NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

PORTUGAL PRECISA DE POLÍTICAS ECONÓMICAS CENTRADAS “NUMA LÓGICA DE FUTURO”



No Fundão, no encerramento do terceiro dia de campanha eleitoral, esta terça-feira, Rui Rio defendeu uma mudança de rumo na política económica, diferente da atual, que “tudo o que tem distribuí de imediato”, e do tempo de José Sócrates, que “distribuiu o que tinha e o que não tinha”. “A verdade é temos uma política económica que tudo o que tem distribuí de imediato, no tempo do engenheiro Sócrates distribuiu o que tinha e o que não tinha, agora digamos que distribuí o que tem. Mas quando distribuimos tudo o que temos e não investimos e não pensamos no futuro, não podemos esperar uma vida melhor no futuro”, afirmou.

Rui Rio, que falava na iniciativa “Conversas Centrais”, dedicada à Ciência e Ensino Superior, sublinhou que são necessárias políticas económicas, e públicas em geral, que “olhem para o país numa lógica de futuro”. “Porque aquilo que nós queremos não é que as pessoas estejam contentes durante um curto espaço de tempo, aquilo que nós queremos é que as pessoas tenham para serem mais felizes, para viver melhor, de forma sustentada ao longo dos tempos”, salientou.

Rui Rio reafirma que o “principal designio do PSD “passa por dar melhores empregos às pessoas” e, consequentemente, “melhores salários” e reforçou que pretende que os impostos desçam, mas “não de forma louca”, em dois ou três anos, porque “isso não era possível, era desequilibrar o país”. “Um país desenvolvido tem uma classe média forte e com mais rendimentos. Metade da população ganha menos de 900 euros”, assinalou.

Rui Rio declarou ainda que um dos “eixos fundamen-

tais” para que se possam ter melhores empregos “passa naturalmente pelo aproveitamento daquilo que é o conhecimento, o conhecimento instalado no país” e “integrar esse conhecimento nos produtos”. “Se nós produzimos produtos com uma incorporação de conheci-

mento maior, esses produtos têm mais valor no mercado e podemos cobrar mais por eles e podemos pagar os melhores salários e oferecer os tais melhores empregos”, referiu.

E, para isso, frisou, “é absolutamente vital o desenvolvi-





mento do sistema educativo” e fazer a “ligação entre isso e a economia”.

Uma das propostas do PSD passa por criar “uma conta corrente entre a administração pública e os seus fornecedores”, explicando que uma “empresa que trabalhou para o Estado, e o Estado está a pagar tarde e a más horas, pode receber não pagando os impostos que na conta corrente tem a pagar”. “E caminhamos ao mesmo tempo para um ponto em que, no fim de legislatura, vamos tentar que o Estado esteja a pagar aos seus fornecedores a 30 dias, ou seja, que o Estado seja uma pessoa de bem”, acrescentou.

Nesta iniciativa, Rui Rio aproveitou para voltar a contrariar as mentiras que têm sido proferidas por António Costa na campanha sobre as propostas do PSD quanto à Segurança Social e saúde. “Já fui profissional do mercado de capitais e sou o primeiro a aconselhar que se faça tudo menos pôr as reformas na bolsa”, assegurou.

O líder do PSD recusou um modelo de Segurança Social “que não seja público”, admitindo complementar ao modelo atual “um outro pilar”. “Devemos ter este modelo e, ao mesmo tempo, ter incentivos fiscais para levar as pessoas a, se quiserem, adicionar rendimentos para lá desses à sua reforma no futuro”, afirmou, considerando que os atuais benefícios fiscais dados aos PPR são insuficientes.

Na mesma linha, Rui Rio recusou terminantemente que queira pôr “a classe média a pagar” pelos serviços de saúde. “Passa pela cabeça de alguém que quem ganha mil euros, dois mil euros ou três mil euros, depois de pagar os impostos que paga ainda deva pagar mais?”, questionou. “Se em Portugal há vítimas do PS ao longo destes anos é a classe média”, acrescentou.

Durante uma hora e 20 minutos, nas “Conversas Centrais”, Rui Rio respondeu a perguntas sobre pensões, Segurança Social e saúde, deixando para a antiga ministra Graça Carvalho a maior parte das questões relacionadas com ensino superior e ciência.

RUI RIO: “TAP NÃO VAI À FALÊNCIA PORQUE OS CONTRIBUINTES METERAM LÁ MUITO DINHEIRO”

Em Castelo Branco, o Presidente do PSD afirmou que o ex-acionista da TAP, David Neeleman, tem razão, quando espera um pedido de desculpas de António Costa, por o Primeiro-Ministro ter “faltado à verdade” no debate televisivo de segunda-feira. “Penso que ele tem razão, o Primeiro-Ministro claramente faltou à verdade ao dizer que o empresário está falido e todas as suas empresas tinham ido à falência e que a TAP se salvou porque o Estado ficou com a TAP”, declarou.

“Agora a TAP também não vai à falência porque nós, contribuintes, metemos lá muito dinheiro” acrescentou.

No final de uma arruada em Castelo Branco, Rui Rio comentou também a evolução da pandemia, querendo saber, tal como “todos os portugueses”, entre “os casos mais graves, de pessoas internadas e que vieram a fale-

cer, qual é a taxa de vacinação dessas pessoas e se faleceram por causa da covid ou se já tinham outras doenças associadas”.

Rui Rio considera “vital” que seja conhecida a taxa de vacinação das infeções graves de covid-19 que geram internamentos e óbitos.

A propósito da demissão de doze chefes do serviço de urgência no hospital de Beja, Rui Rio manifestou “muita preocupação”. “Pelos portugueses, pelos utentes e pelo Serviço Nacional de Saúde. Se nós ganharmos as eleições, temos aqui uma tarefa gigantesca frente, porque o SNS está a ficar um caos em termos de gestão e de capacidade de resposta”, disse.

Na manhã de dia 18, a comitiva do PSD esteve no centro histórico de Setúbal, em ações de contacto com a população e com os comerciantes.



UISEU

RUI RIO DEFENDE “RIGOR NA EDUCAÇÃO” PARA CONTRARIAR LÓGICA DO “FACILITISMO”

Em Viseu, dia 19 de janeiro de 2022, na iniciativa “Conversas Centrais”, dedicada à Educação e Demografia, Rui Rio explicou que a diferença entre o êxito e o fracasso está em “larga medida” no rigor, em contraponto com o facilitismo na governação do país e, em particular, na educação. “Temos que ter um ensino humanizado, de ajudar os estudantes, mas o ajudar nunca é facilitar, porque facilitar é dar cabo do futuro deles e isso é uma linha transversal a toda a governação e, em particular, da educação é relevante porque é o futuro desses e o futuro do país de certa forma”, afirmou.

Rui Rio fez questão de apontar uma linha que será transversal à governação PSD “e que é o contraponto entre o rigor e o facilitismo”. “A tendência do PS é sempre uma tendência de facilitismo em tudo, transversalmente na governação. A troika quando aqui veio, por responsabilidade do PS mais não é do que filha, aquela política é filha do somatório de facilitismos para trás, porque se tivéssemos tido rigor para trás não tínhamos atingido os níveis de endividamento que atingimos e nunca na vida Portugal teria tido a troika”, frisou.

Reforçou que “a diferença entre o êxito e o fracasso está em larga medida no rigor versus facilitismo em tudo” e “então na educação é absolutamente vital”. “Devo dizer que eu tenho um sentimento rigorosamente contrário àquilo que o PS tem quando os professores me dizem que os conselhos diretivos das escolas os pressionam para passar toda a gente, saiba ou não saiba”, referiu.



E exemplificou que, de cada vez “que alguém passa um miúdo ou uma miúda sem saber, o PS tem tendência a pensar que tiveram pena do miúdo, coitadito, deixa-o lá ir”, no entanto, Rui Rio frisou que pensa “exatamente ao contrário”. “Não é justo dar cabo do futuro daquela criança, não é justo, temos que ter a coragem de dizer e explicar à criança ou ao jovem que não pode continuar porque ainda não sabe, explicar-lhe que isso não é uma desgraça, não é ralhar-lhe, é chamar a pessoa à responsabilidade e explicar com humanismo”, salientou.

E continuou: “tenho que ter respeito por aquele jovem que tenho à minha frente, porque se vou deixando passar sem saber eu estou a dar cabo do futuro da pessoa, não tenho esse direito, em nome de um facilitismo no presente que pode ser muito simpático, mas contribui para a desgraça e não contribui para o êxito da pessoa”.



Na sua intervenção, Rui Rio disse ainda que é preciso “tratar desde já” da demografia. “A demografia tem uma relevância zero naquilo que são as eleições legislativas, tem uma relevância absolutamente decisiva naquilo que é o nosso futuro coletivo”, frisou. E exemplificou com dados de 1962, ano em que nasceram 220 mil crianças e morreram 96 mil pessoas, com uma diferença entre os nascimentos e as pessoas que morreram de 123 mil. Já em 2019, nasceram 86 mil e faleceram 111 mil pessoas.

“Dou este exemplo para as pessoas terem noção da importância da demografia, da importância de nós termos uma política o mais depressa possível para reforçar a maternidade”, frisou.

E apontou as medidas propostas pelo PSD e que passam pela criação de uma “rede de creches e de jardins de infância que garanta, primeiro, que as pessoas possam de uma forma mais tranquila ter filhos”.

“Queremos que haja em qualidade, em quantidade e queremos que seja tendencialmente gratuitos. Não é tudo de borla, como é evidente, mas nós temos de fazer seleções, de definir prioridades”, frisou, lembrando que o período, dos seis meses aos seis anos, é “absolutamente vital para o desenvolvimento do ser humano”.

Rui Rio insistiu no alargamento e aumento do abono de família pré-natal, que será reforçado a partir do segundo e terceiro filhos, bem como no alargamento da licença parental de 20 para 26 semanas, a partir do segundo filho.



RUI RIO EM VILA REAL E BRAGANÇA

PS CONTINUA A “EMPOBRECER ALEGREMENTE” O PAÍS

Rui Rio critica o PS por continuar a “empobrecer alegremente” o país, quando Portugal precisa de “mais produtividade”, ou seja, “produzir mais com as mesmas horas de trabalho”, sendo vital “uma economia mais moderna em que os produtos que produzimos tenham maior valor acrescentado”.

“Quando o PS diz que vai continuar com a mesma política, que tem de se baixar o IRS imediatamente e não o IRC, e que nós não gostamos das pessoas e eles é que gostam (...) o que o PS está a dizer é que vamos continuar na mesma a empobrecer alegremente”, afirmou.

Rui Rio falava nas “Conversas Centrais”, em Vila Real, dia 20, numa sessão dedicada à Economia e Finanças. Para o Presidente do PSD, um aumento da produção de riqueza “não tem necessariamente de significar mais horas de trabalho”.

Rui Rio reiterou que a prioridade do país tem de ser “produzir mais, ter mais riqueza, para a poder distribuir”. “Se não, estamos a distribuir o que é dos outros e isso significa

que nos estamos a endividar. Estamos a folgar um bocadito as costas agora, mas vamos levar com o pau em cima mais dia menos dia”, alertou.

Nesse sentido, a opção passa por dar “incentivos às empresas para investirem mais, produzirem mais, para poderem logo em seguida pagar melhores salários”.

No encerramento da sessão, que teve como orador o presidente do CEN, Joaquim Miranda Sarmento, Rui Rio elencou que há duas tarefas do Estado na economia: “uma é sair da frente e tentar não perturbar, outra é criar políticas de apoio às empresas exportadoras”.

Por outro lado, sublinhou Rui Rio, é também importante “a atitude com que se está na governação”. “Mais do que prometer um ponto aqui e um ponto acolá, é uma atitude de mais rigor e menos facilitismo”, referiu.

A caravana do PSD estará no terreno esta sexta-feira em Coimbra, a partir da 15h00. Durante a manhã, o Presidente do PSD irá fazer um exame médico devido a um problema de saúde.





COIMBRA

GOVERNO PERMITIU A NÃO COBRANÇA DE IMPOSTOS NO NEGÓCIO DAS BARRAGENS DO DOURO

Rui Rio responsabiliza o Governo por não ter salvaguardado o interesse dos contribuintes, ao permitir que a EDP não tenha pagado imposto de selo – 110 milhões de euros – no negócio da venda de barragens no Douro.

Respondendo a uma pergunta da eurodeputada Lúcia Pereira sobre energia, Rui Rio afirmou ser “uma vergonha” toda esta operação. “Não estou a culpar em nada a EDP, a EDP está a fazer o papel que lhe compete, quem eu estou a responsabilizar é o Governo, que deveria obrigar ao cumprimento da lei”, ressaltou.

“Como é que um Governo que anda à cata de todos os impostos e mais alguns, é forte com os fracos e fraco com os fortes”, criticou Rui Rio, em Coimbra, esta sexta-feira.

Para classificar este negócio, Rui Rio trouxe ao discurso o seu gato, de que já colocou várias fotografias no Twitter. “Faz-me lembrar um gato famoso, que é o meu o Zé Albino, gato escondido com rabo de fora”, afirmou.

Rui Rio acusou ainda o PS de, “na hora da verdade”, votar contra medidas para promover a descentralização. O melhor exemplo desta visão centralista foi a posição do PS em relação à transferência do Tribunal Constitucional de Lisboa para Coimbra.

Nas “Conversas Centrais” em Coimbra, dedicada ao Ambiente, dia 21, Rui Rio aproveitou uma questão sobre o interior para voltar a um tema que marcou a última campanha autárquica. “O PS faz discursos pela descentralização, mas, quando chega à hora da verdade, faz exatamente o contrário”, criticou.

Rui Rio admitiu que, não sendo a transferência do TC para Coimbra que “mudaria o país”, seria “um primeiro passo para dar o exemplo”.

O Presidente do PSD defendeu a reforma do sistema político e a proposta de revisão da lei eleitoral da Assembleia da República apresentada pelo PSD, que só não foi entregue no Parlamento devido à sua dissolução.

“Eu espero – com pouca esperança, dada a fraca colaboração do PS –, mas gostava que as próximas eleições legislativas já fossem feitas noutro quadro, com círculos eleitorais mais pequenos”, afirmou.

Rui Rio recordou que o projeto do PSD pretende reconfigurar os círculos eleitorais, que elegeriam entre três e oito deputados (apenas o de Lisboa teria nove), o que permitiria

aos eleitores conhecerem os seus eleitos, garantindo que o diploma “mantém a proporcionalidade entre partidos”.

“Fazemos uma discriminação positiva dos círculos mais pequenos (...) Isto também deve estar em apreciação no dia 30 de janeiro: há um partido que tem vontade de fazer uma reforma do sistema eleitoral”, apelou.

Sobre o ambiente, Rui Rio salientou o caráter “pioneiro” do PSD para as causas ecológicas, que teve em Carlos Pimenta, secretário de Estado do Ambiente, uma das primeiras referências em Portugal. “O PSD olha para o ambiente com o respeito necessário, percebendo que não há plano B. Temos de seguir o plano A e o plano A é descarbonizar”, destacou.



RUI RIO EM AVEIRO

PSD NÃO IRÁ FICAR DE “BRAÇOS CRUZADOS”, QUER “REFORMAR A JUSTIÇA



Rui Rio acusa António Costa de “enganar objetivamente as pessoas” relativamente à proposta do PSD de aumentar a participação da sociedade civil nos conselhos superiores de justiça.

Nas “Conversas Centrais” em Aveiro, sábado, 22 de janeiro, sessão dedicada ao tema da justiça, Rui Rio explicou que o documento proposto pelo PSD tem como “linha laranja” que, na composição dos conselhos superiores de justiça, “a maioria não deve ser de magistrados, devem ser de fora para que haja uma maior transparência”.

“Quando nós ouvimos o doutor António Costa vir dizer que isto significa pôr o poder político a controlar os tribunais, quem é investigado, como é investigado, quando é investigado e que sentença é dada, isto é uma mentira que ele sabe que é uma mentira, como é evidente, e que está a enganar, mas está objetivamente a enganar as pessoas”, afirmou.

Rui Rio acrescentou ainda que, num debate televisivo, o Primeiro-Ministro disse ter “alguma vantagem” sobre si nesta área, da justiça. “Claro que tem, ele é jurista e até já foi ministro da Justiça e eu nem sequer sou jurista, claro que tem essa vantagem. Mas a vantagem técnica que ele possa ter não chega para me enganar e para eu perceber que ele está a tentar enganar-me a mim e a enganar as pessoas todas”, sublinhou.

E reforçou que “ninguém vai controlar sentença nenhuma, ninguém vai dizer quem deve ser investigado ou não, ninguém vai mexer lá na investigação. Quando o doutor António Costa diz isto estamos a ver exatamente

te que ele não quer mudar nada, não quer mudar nada e como não consegue explicar isso acaba por deturpar aquilo que nós estamos a propor”, afirmou.

O PSD quer avançar com a reforma e recomposição dos órgãos de governo das magistraturas, recuperando uma

proposta de 2018, de “arejar os conselhos superiores da magistratura”, medida “fundamental para a transparência”.

“Eu não sei se nós ganhando as eleições, passado quatro anos, se a justiça estará muito melhor do que aquilo que





está, não sei, mas uma coisa garanto, tudo faremos para que assim seja, enquanto os nossos adversários nada farão para que alguma coisa mude, disso eu não tenho dúvida nenhuma”, salientou.

O Presidente do PSD assegurou que, se vencer as eleições, não irá ficar de “braços cruzados” nem “ter medo” de reformar o setor da Justiça, e desafiou quem concorda que este setor funciona mal a votar no PSD. “A grande diferença relativamente ao PS nesta matéria é esta; nós dizemos que a justiça está muito mal, eles dizem que a justiça está bem. Se o PS acha que a justiça está bem e com umas coisitas pequenas vai ao sítio, está desde já aqui uma razão fundamental para votar no PSD e não votar no PS, a não ser que as pessoas achem mesmo que a justiça está bem”, explicou.

O Presidente do PSD centrou as suas críticas na morosidade dos processos e deixou um compromisso: “Não vale a pena querer ganhar as eleições para depois ir para o Governo e não tratar dos verdadeiros problemas do país (...) Se vamos conseguir ou não, com toda a sinceridade não sei que não sou bruxo, que vamos tentar, que não vamos ter medo e que vamos fazer, vamos”, assegurou.

Sobre as violações do segredo de justiça, Rui Rio insurgiu-se que as pessoas sejam “julgadas na praça pública”, mesmo que sejam inocentes, e que “quem comete o crime de violar o segredo de justiça saia impune”.

Rui Rio reiterou uma ideia que já deixou em anteriores ocasiões: que, tirando os julgamentos políticos, “em termos de eficácia desde o 25 de Abril até hoje as coisas não melhoraram, mas pioraram”, na área da justiça.

Esta sessão temática do PSD contou ainda com a participação de Mónica Quintela, deputada do PSD, foi moderada por António Topa Gomes, cabeça de lista do PSD por Aveiro, e realizou-se numa praça entre dois tribunais.

Mónica Quintela declarou que a “justiça tem andado cega” e que “é preciso tirar a venda” e, referindo-se ao líder do PSD, salientou que, pela “primeira vez desde o 25 de Abril aparece alguém que quer a reforma a justiça, quer mexer na justiça”.



Na sua opinião, a “justiça está cristalizada, com muitos interesses corporativos” e salientou que, “desde o 25 de abril, as mudanças verificadas passam por as mulheres já poderem ser magistradas e o Ministério Público ter uma carreira autónoma”.

A cabeça de lista do PSD por Coimbra salientou ainda que a “justiça é um pilar da democracia e um motor ful-

cral do desenvolvimento económico” e frisou que o PSD quer “combater os custos, o acesso e a morosidade” da justiça.

E fez questão de destacar que as custas judiciais “não subiram”, desde 2019, “graças a uma proposta do PSD” que, depois, foi aprovada no Parlamento pelas outras forças partidárias, com exceção para o PS.

A CARAVANA DO PSD NOS DISTRITOS DE BRAGA E DE VIANA DO CASTELO

ANTÓNIO COSTA NÃO FALA DA “GOVERNAÇÃO PS QUE ATIROU O PAÍS PARA A BANCARROTA”



Em Viana do Castelo, domingo, 23 de janeiro, o Presidente do PSD criticou António Costa por procurar assustar os portugueses ao “deturpar” as propostas social-democratas. “O PSD, se alguma vez teve de praticar política de austeridade, foi por responsabilidade do Partido Socialista. Foi o Partido Socialista que pôs este país na bancarrota. E, portanto, quando o PSD foi para o governo, não foi com o seu programa, foi com o programa da ‘troika’ que o Partido Socialista assinou com a ‘troika’ e obrigou Portugal a cumprir”, afirmou.

Nas “Conversas Centrais” sobre o Mar, perante centenas de apoiantes, Rui Rio lembrou que o passado que conduziu à ruína do país foi com a governação de José Sócrates. “O Dr. António Costa, na gíria popular, permitam-me que diga, tem muita lata ao dizer uma coisa dessas quando sabe perfeitamente que a responsabilidade é do PS e está a ir buscar um passado que ele não devia ir buscar. Porque, se ele vai buscar esse passado, então eu também posso ir buscar esse passado e começo a falar da governação do engenheiro Sócrates, que é uma coisa que eu não tenho feito, que acho que não vale a pena. Vale a pena é olhar para o futuro e não para o passado”, declarou.

Rui Rio acusou o líder socialista de fazer uma campanha a “mentir” sobre as propostas do PSD, em vez de apresentar as suas próprias ideias para o país. “Se repararem, aquilo que são as intervenções do Dr. António Costa nesta campanha eleitoral, ao longo desta semana, não foi propriamente dizer uma ideia nova que o PS possa ter para o país, foi dizer mal das nossas propostas. O que, enfim, eu ainda poderia aceitar, mas, o que eu não posso aceitar, é que seja a dizer mal das propostas nos-



PRESIDÊNCIA

sas, deturpadas por ele. Ele diz que nós defendemos coisas que verdadeiramente não defendemos, tentando assustar as pessoas”, apontou.

O Presidente do PSD reiterou que não quer pôr a classe média a pagar o Serviço Nacional de Saúde. “Nós temos é de gerir melhor os nossos impostos e a nossa despesa em saúde para que o dinheiro que lá metemos possa dar um o Serviço Nacional de Saúde bem melhor do que aquele que temos, porque, se ele se degradou, foi justamente agora no tempo da governação socialista”, expressou.

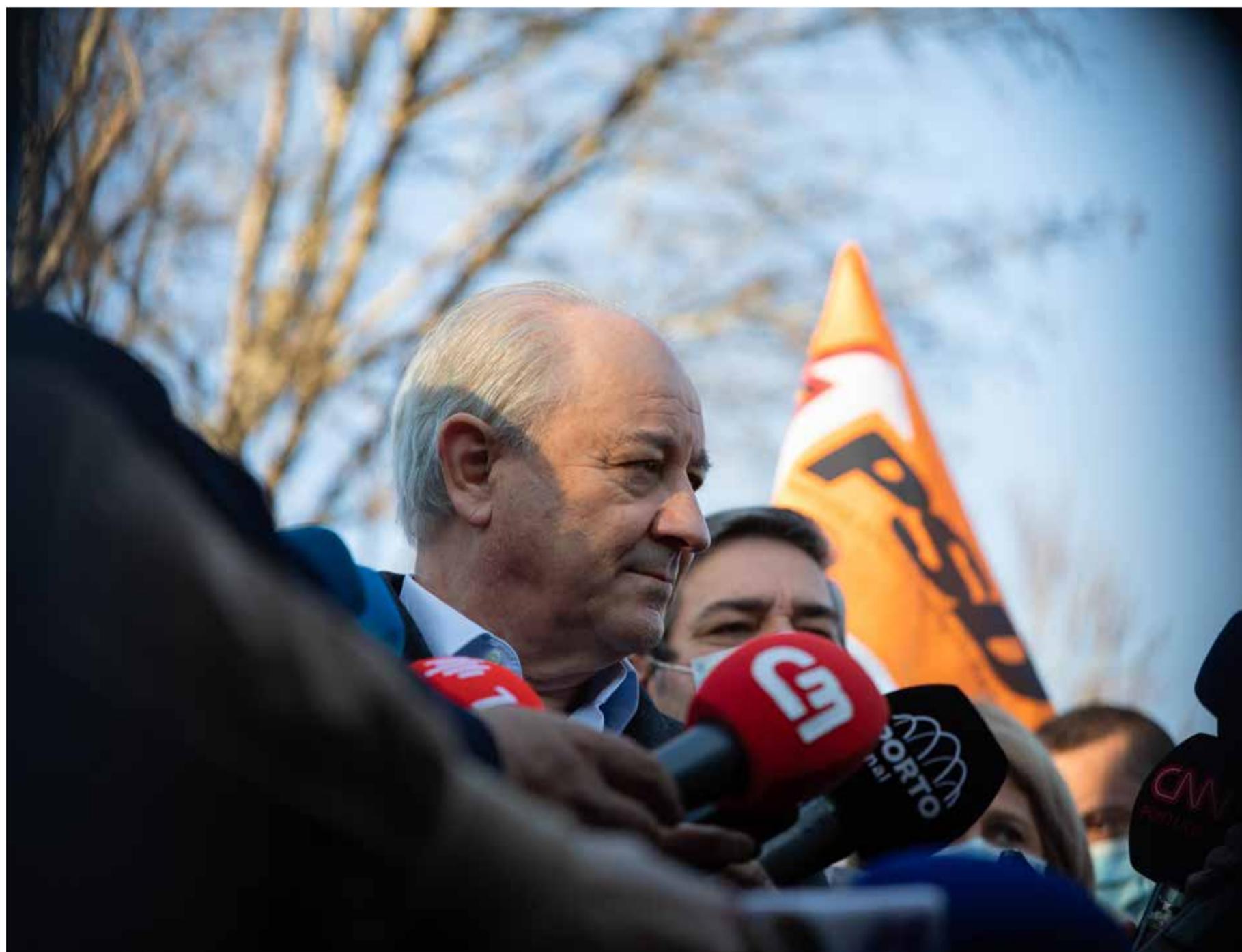
Rui Rio reiterou que a Segurança Social “tem de ser pública” e quanto ao salário mínimo nacional, voltou a criticar a postura de António Costa, ao afirmar que o PSD é contra o seu aumento. “O que ele [António Costa] tem vindo a fazer faz-me lembrar a seguir ao 25 de Abril quando diziam que os comunistas comiam criancinhas ao pequeno-almoço. Acho que o Dr. António Costa está connosco a fazer a mesma coisa. Está ali um papão que quer tudo de mal. Agora, também é contra o salário mínimo nacional. Ninguém é contra o salário mínimo nacional. Aquilo que nós queremos é ter um salário mínimo nacional cada vez mais alto, sustentado numa economia forte e robusta”, sublinhou.

Antes, em Arcos de Valdevez, Rui Rio deixou uma mensagem de confiança. “Com o apoio popular que vamos vendo acho que a probabilidade de ganhar é mais alta do que era há um mês atrás. Acredito que podemos ganhar sim, claramente. Com maioria absoluta gostaria, mas é muito difícil”, referiu.

E retomou as críticas à herança que o PS deixou em 2009. “Temos falado pouco do passado. Temos, apesar de tudo, algum pudor. Não me vê a criticar permanentemente aquilo que Sócrates fez. António Costa, não tendo argumentos, vem dizer que vamos fazer o mesmo que o governo de Pedro Passos Coelho. É preciso ter lata”, salientou.

O líder social-democrata disse “sempre” ter acreditado que “o PSD podia ganhar estas eleições”. “Todo o comportamento do PSD desde que estou na liderança do PSD oferece confiança às pessoas. Eu não me ando aí a comportar como um líder da oposição vulgar que está sempre a dizer mal de tudo e sempre a gritar contra tudo. Ninguém vota para primeiro-ministro em alguém que diz muito bem mal dos outros. Isso não é programa para nada. O país quer um Primeiro-Ministro responsável”, criticou.

Na manhã de domingo, um mar de gente acolheu com entusiasmo a comitiva social-democrata em Guimarães. “O que é programa é apresentar as ideias e depois, acima de tudo, ter a coragem para as implementar e não recuar perante as dificuldades”, afirmou Rui Rio.



ÉVORA E PORTALEGRE

“POLÍTICAS ADEQUADAS” PARA “ATRAIR JOVENS PARA A AGRICULTURA”

Nas “Conversas Centrais”, em Évora, em 24 de janeiro de 2022, Rui Rio alertou que “Portugal não tem dado a devida atenção à agricultura” e defendeu que é preciso aumentar o peso do setor no Produto Interno Bruto (PIB). “Portugal não tem dado a devida atenção à agricultura”, apesar de este setor e da floresta, em conjunto, “representarem hoje 5,8%” da riqueza nacional.

Nesta iniciativa, dedicada ao tema da agricultura, com a participação de Arlindo Cunha, antigo ministro, o líder do PSD considerou que este peso no PIB “é significativo”, mas a área “devia representar ainda um pouco mais”. E a agricultura, continuou, “representa 13% do emprego”, o que, a manter-se, desde que suba o peso no PIB, será positivo: “Significa que melhoramos muito a produtividade”.

De tarde, em Évora, voltou a insistir na mesma ideia, durante a ação de contacto com a população em Évora, quando questionado sobre se já tem pensada a estrutura do Governo. “Já preparei a estrutura para aí a 90%, mas ainda falta”, afirmou, apontando um dos pontos já assentes: “Aí tem uma coisa da estrutura do Governo. A tutela das Florestas está no Ambiente, antigamente sempre estive na Agricultura e vai regressar à Agricultura”.

Após a arruada, onde teve a companhia da cabeça de lista do PSD, Sónia Ramos, e de Ana Rita Cavaco, bastonária da Ordem dos Enfermeiros, o Presidente social-democrata focou-se no tema da agricultura e defendeu o rejuvenescimento do setor. “A idade média dos agricultores portugueses é de 65 anos” e “há poucos agricultores jovens”,



pelo que “o futuro do setor está comprometido”, declarou Rui Rio, realçando que é preciso “ter políticas adequadas” para “atrair jovens para a agricultura” e que esta será uma das suas “linhas de rumo” de um governo do PSD.

Ainda antes de chegar a Évora, na deslocação que fez a Portalegre, já Rui Rio tinha dito que, se vencer as eleições legislativas, a área das florestas, que está agora na tutela do Ambiente, vai regressar ao Ministério da Agricultura.

De manhã, Rui Rio mostrou confiança na obtenção de um bom resultado do PSD em todo o Alentejo. “Acho que vamos [PSD] subir no Alentejo todo. Conto eleger um deputado em todos os distritos, mas particularmente em Portalegre e em Évora”, declarou.



FALTA DE OBSTETRAS NA MATERNIDADE DE BRAGANÇA É “INACEITÁVEL”



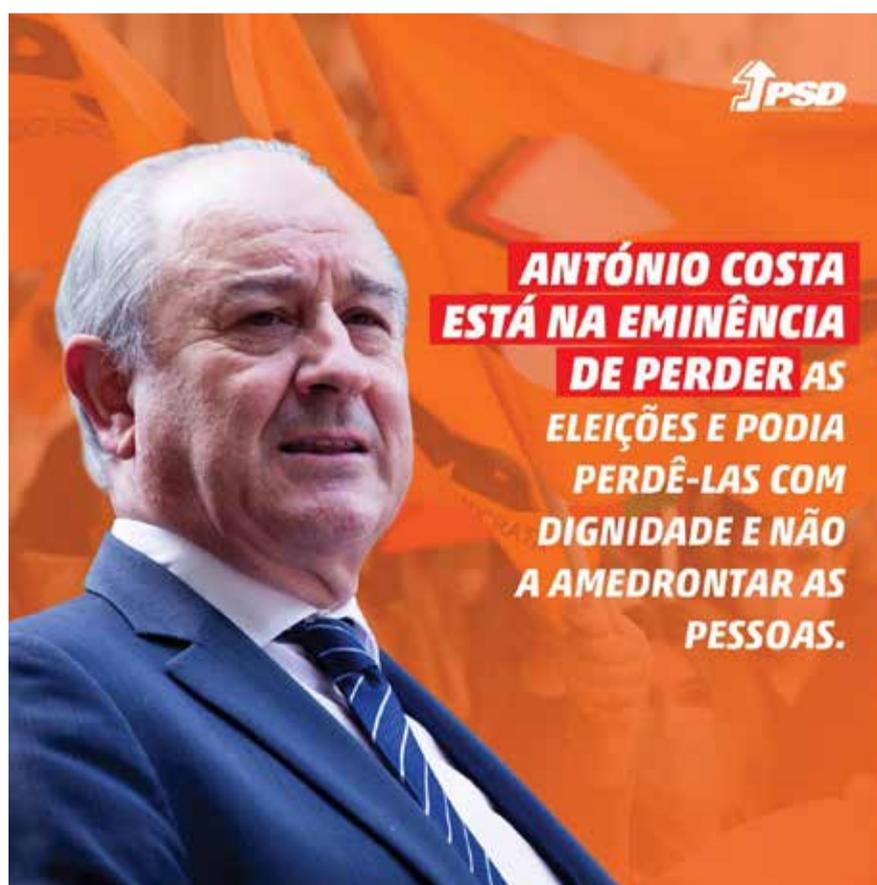
O PSD considera “inaceitável” a falta de obstetras na Maternidade de Bragança e defende que “o Governo tem de fazer tudo para dotar a Maternidade de Bragança dos médicos obstetras em número adequado para o seu bom funcionamento.”

Numa pergunta dirigida à ministra da Saúde, o líder parlamentar do PSD e cabeça de lista do partido pelo distrito de Bragança, Adão Silva, afirmou que esta unidade “está a registar inaceitáveis dificuldades no seu funcionamento”, agravados pela doença de um médico, já reformado, com cerca de 80 anos e que nunca pertenceu aos quadros da Unidade de Saúde Local do Nordeste, que levou a que tivesse havido já alguns dias em que não foram feitos partos nesta maternidade.

Apesar das diversas diligências para a contratação de mais médicos obstetras, Adão Silva afirma que “o Governo não autorizou” a contratação de dois médicos e alerta que o encerramento da Maternidade de Bragança, como já está a acontecer de forma intermitente, seria o desastre completo para o distrito de Bragança.

O PSD pergunta:

1. *Está a ministra da Saúde a par da situação?*
2. *Por que razão não autorizou o Governo a contratação dos dois médicos obstetras?*
3. *Que alternativas tem o Governo para, rapidamente, colocar médicos obstetras em número suficiente para um adequado funcionamento da única maternidade no Distrito de Bragança?*



BRAGA

PSD PRIORIZA EDUCAÇÃO NO CRESCIMENTO DO

Durante uma visita à Escola Técnica Superior Profissional do Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA), instalada em Braga, uma delegação da candidatura do PSD do distrito de Braga, liderada pelo candidato Firmino Marques e pelo presidente da Comissão Política da Secção do PSD, João Granja, considerou fundamental fomentar a integração dos estudantes no mercado de trabalho.

Num dia dedicado à educação, foi possível visitar as instalações requalificadas do IPCA, registando-se o arrojo, coragem e determinação desta instituição que, "sem receios", adquiriu um equipamento que vem melhorar a oferta no território, numa área importantíssima do Ensino Superior como é o caso da Escola Técnica Superior Profissional.

Para o PSD, esta nova aposta do IPCA promove a integração dos estudantes no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, assegura que as entidades empregadoras encontrem profissionais em áreas devidamente sinalizadas e com o perfil desejado. Nesse sentido, o PSD parabeniza os iniciadores do projeto, agora presidido pela Professora Maria José Fernandes e merecedor de estímulo o IPCA, que, nascido em Barcelos, se consolida em Braga, Guimarães, Famalicão e para breve em Esposende.

A lidear o número dois da candidatura do PSD às eleições legislativas 2022 pelo círculo de Braga esteve ainda a líder da JSD Braga, Ana Macieira, bem como elementos dos quadros concelhios do partido com responsabilidades na sociedade civil, nomeadamente na área da Educação.



CÂMARA DE SANTARÉM APROVA ORÇAMENTO DE 69,2 MILHÕES DE EUROS

A Câmara de Santarém aprovou em 24 de janeiro de 2022 o orçamento de 69,2 milhões de euros para 2022, mais 5,2 milhões do que o gerido em 2021 pelo executivo social-democrata, que destacou a diminuição de impostos e o aumento do investimento.

"Menos impostos e mais investimento" são as principais linhas do orçamento apresentado pelo presidente da Câmara de Santarém, Ricardo Gonçalves, e aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD (quatro) e do PS (quatro) e o voto contra do vereador do Chega.

O orçamento, que se desenvolve em torno de seis eixos estratégicos, destina 19 milhões de euros para investimento, dos quais, segundo Ricardo Gonçalves, seis milhões para as 18 juntas de freguesia do concelho, no âmbito de uma política "de proximidade" com estas autarquias.

A par com o aumento de 5,6%, face a 2021, no investimento municipal nas freguesias, nos principais eixos estratégicos a Câmara de Santarém inclui ainda a redução de impostos, o investimento no desporto, educação, ação social e cultura e a afirmação do concelho como marca turística.

A diminuição dos impostos, que "deixa mais dinheiro nas famílias", resulta da redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), da derrama e do Imposto Sobre o rendimento Singular (IRS), prosseguindo a política iniciada pelo executivo em 2019, quando deixou de estar sujeito ao PAEL - Programa de Apoio à Economia Local.

Na reunião do executivo camarário, o autarca salientou ainda o aumento dos apoios ao associativismo desportivo (PAFAD) de 350 mil para 400 mil euros, o aumento do apoio ao associativismo e agentes culturais (PAAAC) de 150 para 200 mil euros.

No orçamento destacam-se também as intervenções ao nível da regeneração urbana, quer no que se refere à conclusão das obras municipais em curso, quer na preparação de um conjunto de projetos que visam dar continuidade à estratégia de requalificação do espaço público.

O documento prevê verbas para o arranque da elaboração dos projetos de execução de requalificação do acesso norte (Avenida Francisco Sá Carneiro), da zona ribeirinha, Campo Emílio Infante da Câmara, antiga Escola Prática de cavalaria e intervenções em diversos arruamentos no centro histórico.

O orçamento que, segundo o presidente, "mantém a tendência de consolidação financeira" mereceu o reconhecimento dos vereadores socialistas Nuno Russo e Nuno Domingos que, durante a reunião, destacaram a inclusão no documento de propostas discutidas entre as duas forças políticas que assinaram um acordo pós-eleitoral para assegurar a estabilidade governativa num executivo em que cada um conta com quatro eleitos.

GOVERNO DOS AÇORES QUER MAIS AUTONOMIA FISCAL NA LEI DE FINANÇAS REGIONAIS

O presidente do Governo dos Açores defende maior autonomia tributária dos Açores e Madeira no quadro de uma revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA), visando promover a “competitividade territorial” e captar investimento estrangeiro.

José Manuel Boleiro, que tem vindo a articular posições sobre a LFRA com Miguel Albuquerque, líder do Governo Regional da Madeira, bem como com os parceiros sociais nos Açores, preconizou a necessidade de um “exercício de solidariedade nas transferências do Orçamento do Estado no sentido de apoiar o desenvolvimento” dos Açores, “combatendo-se os sobrecustos de insularidade, penosos para a economia privada e também para as responsabilidades públicas”.

O chefe do executivo açoriano manifestando-se apologeta de “mais autonomia, por exemplo, a nível tributário”, perspetivando “outras capacidades e competências fiscais para ajudar a promover a competitividade territorial no desenvolvimento, a captação de investimento estrangeiro ou de reforço de capitalização do tecido empresarial”.

“São reflexões que estaremos em progresso a construir para fazer também a defesa dos interesses do desenvolvimento do país inteiro a partir dos Açores e da Madeira na relação com o todo nacional”, disse, em declarações na sequência de uma audiência, em Ponta Delgada, com o bastonário da Ordem dos Economistas, dia 21 de janeiro.

Bolheiro reiterou que tem vindo a trabalhar com Miguel Albuquerque no dossiê da LFRA, visando “o mais depressa possível ter uma posição conjunta” para, no quadro da Assembleia da República, apresentar contributos para a revisão.

O governante reconheceu que esta matéria está condicionada pelo cenário de eleições legislativas nacionais.

A Assembleia Legislativa da Madeira vai participar no seminário subordinado ao tema “Evolução e futuro da Lei de Finanças Regionais”, que decorre em 21 de fevereiro, nos Açores, informou o parlamento regional.



A decisão, depois do convite endereçado ao parlamento madeirense, foi tomada na reunião da Conferência de Representantes dos partidos com assento na Assembleia Legislativa da Madeira.

“Chegados a 2022, e passados dois anos de pandemia [de covid-19], começa a ficar cada vez mais evidente que existem novos acertos que necessitam ser feitos, quer pelas novas circunstâncias estruturais da despesa pública criadas pela pandemia, quer pelos níveis inusitados de endividamento a que foi necessário recorrer para lidar com as consequências gravosas da pandemia”, refere o documento de enquadramento do seminário, citado na informação divulgada pelo parlamento madeirense.

A Assembleia Legislativa da Madeira já aprovou, por unanimidade, uma proposta de revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Nos Açores, foi criada uma comissão para a revisão.

GOVERNO DOS AÇORES ANUNCIA NOVO SISTEMA DE INCENTIVOS PARA A FIXAÇÃO DE MÉDICOS

O secretário da Saúde do governo açoriano anunciou que vai ser publicado em Diário da República o “novo sistema de incentivos à fixação de médicos” no arquipélago.

“Amanhã [sexta-feira] ou na segunda-feira [da próxima semana] o mais tardar será publicado, finalmente, em Diário da República o novo sistema de incentivos à fixação de médicos que pretende ser um contributo efetivo para atrair médicos a fixarem-se na região”, declarou Clélio Meneses aos jornalistas.

O governante falava hoje em Ponta Delgada após uma reunião com a Ordem dos Médicos dos Açores, com o Sindicato dos Médicos da Zona Sul e com o Sindicato independente dos Médicos.

Segundo disse, o sistema inclui “incentivos à fixação de natureza pecuniária e não pecuniária”, estando previsto um “acréscimo ao salário base da carreira de assistente de 35% nas ilhas de São Miguel e Terceira”.

Nas restantes ilhas, o valor poderá ser de 40% ou 45%, “dependendo do grau de carência de cada uma das ilhas e do nível de especialidade identificada como carenciada”.

“Existe um outro conjunto de incentivos, como o transporte próprio e de familiares, de transporte de mercadorias para se fixarem nos Açores e há também um incentivo à fixação no valor de um IAS - índice de apoio social - que são cerca de 430 euros”, assinalou.

Clélio Meneses disse ainda que o executivo está a “trabalhar num diploma que visa regular o trabalho suplementar” dos médicos.

“Há uma reivindicação justa e necessária de promovermos a progressão das carreiras médicas, que estão há muitos anos por ser reguladas e atualizadas. Há muito trabalho a fazer”, acrescentou.

O secretário regional avançou que os “médicos de medicina geral e familiar” são uma “carência das várias ilhas” açorianas, tal como a ginecologista/obstetrícia e a ortopedia.

O secretário da Saúde realçou o “esforço muito grande do executivo”, que “autorizou a contratação de 100 médicos de várias especialidades para contratos sem termo” em 2021.

A presidente da Ordem dos Médicos nos Açores, Margarida Moura, destacou a “importância” de “reforçar os incentivos à fixação” dos profissionais, lembrando que têm existido “concursos onde os lugares ficam por preencher”.

GOVERNO DA MADEIRA REALIZA OBRAS DE CANALIZAÇÃO EM DOIS RIBEIROS DO FUNCHAL

As obras de canalização de dois ribeiros no concelho do Funchal, na Madeira, orçadas em 3,13 milhões de euros, iniciaram-se na semana passada e devem estar concluídas no segundo semestre do próximo ano.

Em comunicado, dia 24, a Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, tutelada por Pedro Fino, refere que o concurso para a realização de obras de canalização dos ribeiros do Trapiche e da Casa Branca, na freguesia de Santo António, foi adjudicado por 3,13 milhões “com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de melhor relação qualidade-preço”.

O prazo de execução da obra é de 18 meses, pelo que deve estar concluída no segundo semestre de 2023.

Numa visita às obras dos dois ribeiros localizados na freguesia de Santo António, o secretário de Equipamentos e Infraestruturas, Pedro Fino, sublinhou ainda que o Governo Regional, de coligação PSD/CDS-PP, está a investir em várias obras, além desta, para prevenir aluviões, no valor de 60 milhões de euros.

O executivo madeirense salienta na nota que estes dois ribeiros se encontram junto de grandes aglomerados populacionais, “por isso estas intervenções de regularização e canalização destas linhas de água revestem-se de grande importância para a salvaguarda das pessoas e dos seus bens”.

“Devido à orografia da Madeira, com os declives acentuados e encostas abruptas, quando ocorrem grandes precipitações é frequente que os materiais sejam depositados ao longo das vertentes, ganhando energia e velocidade elevadas, transportando-os e depositando-os nos leitos das ribeiras, estrangulando a secção de vazão das mesmas”, assinala.

Serão, assim, construídos “muros de canalização em betão ciclópico e passagens hidráulicas em vigas pré-fabricadas na cobertura, protegidas com guardas metálicas”.

“A intervenção no troço principal da ribeira engloba ainda a construção de um pontão rodoviário e a construção de um novo acesso de manutenção”, segundo a Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas.

Os ribeiros são pontos de preocupação na Madeira, principalmente em épocas de chuva, tendo inclusivamente chegado a transbordar na tempestade de 20 de fevereiro de 2010.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



NÚCLEOS

ALFENA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se para o dia 26 de fevereiro de 2022 (sábado), a Assembleia de militantes do Núcleo de Alfena, para reunir, no Centro Cultural de Alfena, sita na Rua de S. Vicente, 2910, Alfena, entre as 17H00 e as 20H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição para a Comissão Política do Núcleo de Alfena do PSD.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política da Seção de Valongo do PSD, até às 24h do terceiro dia anterior ao do ato eleitoral.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Pombal para reunir dia 27 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00, na sede do PSD de Pombal sita na Rua Dr. Luís Torres, 2º andar, nº 4, 3100-464, Pombal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD/Pombal.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00.

As listas candidatas devem ser entregues na sede do PSD de Pombal sita na Rua Dr. Luís Torres, 2º andar, nº 4, 3100-464, Pombal, ao Presidente da Mesa da distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Vizela para reunir dia 05 de Março de 2022 (Sábado), pelas 15h00, na sede do PSD de Vizela sita na Rua Fonseca e Castro, nº 100, 4815-429 Vizela, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD/Vizela.
Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00.
As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Distrital de Braga ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

ERRATA

VI CONGRESSO DISTRITAL DE LEIRIA DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o VI Congresso Distrital da JSD Leiria, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2022 (Sábado), pelas 14h30, em Teatro-Cine Pombal (Praça Manuel Henriques Júnior, 3100-500, Pombal), de acordo com o seguinte Regulamento:

REGULAMENTO DO VI CONGRESSO DISTRITAL DE LEIRIA DA JSD

CAPÍTULO 1 – DO PRESENTE REGULAMENTO

Artigo 1º
(Objeto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do Art. 3.º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do VI Congresso Distrital de Leiria da JSD.

Artigo 2º
(Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

CAPÍTULO 2 – COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO

Artigo 3º

(Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o presente Regulamento, rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artigo 4º
(Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- A eleição da Mesa do Conselho Distrital e da Comissão Política Distrital (CPD);
- A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Artigo 5º
(Mesa do Congresso Distrital)

A Mesa do Congresso Distrital será a Mesa do Conselho Distrital da JSD.

Artigo 6º
(Competências do Presidente da Mesa do Congresso Distrital)

1. Compete ao Presidente da Mesa:

- Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;
- Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
- Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
- Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artigo 7º
(Competências dos Vice-Presidentes da Mesa do Congresso Distrital)

1. Compete aos Vice-Presidentes:

- Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artigo 8º
(Competências dos Secretários da Mesa do Congresso Distrital)

1. Compete aos Secretários:

- Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- Organizar as inscrições dos Delegados ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- Servir de escrutinador;
- Elaborar as actas.

CAPÍTULO 3 – CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS**Artigo 9º
(Composição e Direitos de Voto)**

1. Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:
 - a) O Presidente e o Secretário-Geral da CPD;
 - b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias (CPC) regularmente eleitas e em exercício de funções, ou os Vice-Presidentes das mesmas, conforme previsto no Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega de um termo de substituição assinado pelo Presidente da CPC;
 - c) Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do artigo seguinte.
2. Compõem igualmente o Congresso Distrital, sem direito a voto, os membros do Conselho Distrital mencionados no artigo 4º, alíneas a), b), e), f), g), h), i), j) e k) do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD.
3. A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.
4. Competirá à Mesa do Congresso Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

**Artigo 10º
(Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)**

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no nº3 do Art. 27º dos Estatutos Nacionais da JSD no que respeita ao número mínimo de 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:
 - a) As eleições dos delegados das Concelhias são marcadas pela Mesa do Congresso Distrital da JSD e convocadas pelo respectivo Presidente da Mesa (em situação de perda de mandato dos órgãos Distritais) e presididas pelas Mesas dos Plenários Concelhios, regendo-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral da JSD;
 - b) Até ao quinto dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI) da JSD remeterá à Mesa do Congresso Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.
 - c) Com base nesta indicação, a Mesa do Congresso Distrital procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.
 - d) Compete ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios divulgar a informação constante no número anterior a qualquer militante que formule um pedido nesse sentido.

**Artigo 11º
(Direitos dos Delegados)**

1. Constituem direitos dos Delegados do Congresso Distrital:
 - a) Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
 - b) Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
 - c) Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
 - d) Participar nas discussões e votações;
 - e) Interpelar os órgãos Distritais;
 - f) Usar do direito de resposta, quando visados;
 - g) Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta.

**Artigo 12º
(Deveres dos Delegados)**

1. Constituem deveres dos Delegados do Congresso Distrital:
 - a) Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição / credenciação;
 - b) Participar nas votações;
 - c) Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
 - d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
 - e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD.
 - f) Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

**Artigo 13º
(Participantes e Observadores)**

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes da Região.
2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.
3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS**Artigo 14º
(Local, Data e Hora)**

O VI Congresso Distrital de Leiria da JSD decorrerá no dia 15 de janeiro de 2021 (Sábado), em Teatro-Cine Pombal (Praça Manuel Henriques Júnior, 3100-500, Pombal), com início às 14h30.

**Artigo 15º
(Quórum)**

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.
2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.
3. No que diz respeito aos delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.
4. Exceptua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista desde que comunicada à Mesa do Congresso Regional até ao início dos trabalhos, exercida mediante informação prestada pelo respectivo cabeça de lista.

**Artigo 16º
(Ordem de trabalhos)**

- A Ordem de Trabalhos do VI Congresso Distrital de Leiria da JSD será a seguinte:
- 1º - Abertura e Boas vindas;
 - 2º - Apresentação e discussão das moções sectoriais;
 - 3º - Apreciação do mandato Distrital cessante;
 - 4º - Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas;
 - 5º - Eleição dos órgãos Distritais para o mandato 2021/2023 e votação das propostas de Distinções Honorárias (as urnas estarão abertas entre as 16h30 e as 18h00);
 - 6º - Votação das moções sectoriais, em simultâneo com a eleição dos órgãos distritais;
 - 7º - Anúncio das Distinções Honorárias;
 - 8º - Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados;
 - 9º - Encerramento.

**Artigo 17º
(Uso da Palavra)**

1. A palavra será concedida aos Membros do Congresso Distrital para os seguintes efeitos:
 - a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
 - b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
 - c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
 - d) Interpelar os órgãos regionais, sem exceder os três minutos;
 - e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
 - f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
 - g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
 - h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
 - i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.
 - j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

CAPÍTULO 4 - DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS**Artigo 18º
(Candidaturas aos órgãos Distritais)**

As Listas devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem esta delegar e o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD.

**Artigo 19º
(Moções de Estratégia Global, Apresentação e Poder de Disposição)**

1. Os candidatos a Presidente da CPD – e apenas estes – devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar.
2. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade.
3. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à CPD.
4. Os candidatos a Presidente da CPD terão um tempo máximo de 25 minutos para apresentação das respectivas Moções de Estratégia Global.

Artigo 20º
(Moções Sectoriais, Apresentação e Poder de Disposição)

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer Membro do Congresso Distrital, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.
2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela CPD vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.
3. As moções sectoriais devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, à Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem esta delegar e a possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD.
4. Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.
5. Os subscritores das Moções Sectoriais terão um tempo máximo de 10 minutos para apresentação das respectivas Moções.

Artigo 21º
(Distinções Honorárias Distritais)

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 25º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais da JSD, pode também este IV Congresso Distrital atribuir as seguintes distinções honorárias regionais:
 - A distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD, atribuída a antigos Presidentes da CPD da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens da Região, e pela promoção dos ideais da JSD;
 - A distinção de Militante Honorário Distrital, atribuída aos antigos dirigentes distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens da Região, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.
2. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Congresso Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.
3. A perda da distinção de Militante Honorário Distrital da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens da respectiva Região, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.
4. As indicações para distinções honorárias distritais devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, à Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem esta delegar e a possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD.

CAPÍTULO 5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22º
(Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais da JSD, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artigo 23º
(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor imediatamente com a sua publicação em Povo Livre.



Conselho de Jurisdição Nacional

Parecer n.º 1/2022

No dia 14 de janeiro de 2022 o Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) recebeu um pedido de parecer, solicitado pelo militante Ricardo Rosa, na qualidade de Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Leiria da JSD.

Cabe ao Conselho de Jurisdição Nacional (CJN), nos termos do disposto na al. e) do artigo 49º dos EJSJ, “*Emitir pareceres vinculativos sobre a interpretação dos Estatutos e Regulamentos de órgãos nacionais e integração das respetivas lacunas*”, o que faz, reunido em plenário no dia 17/01/2022, sendo o seu parecer o seguinte:

I. Enquadramento

O Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Leiria da JSD enviou, através de mensagem de correio eletrónico enviada no dia 14 de janeiro de 2022, um requerimento, sujeito a parecer do Conselho de Jurisdição Nacional.

O requerimento menciona, em concreto, o seguinte: “*No seguimento da realização do Congresso Distrital da JSD de Leiria marcado para o dia de amanhã e conforme conversa telefónica, nos últimos dias, vimos por este meio informar que pretendemos o reagendamento do mesmo para o próximo dia 12 de fevereiro, no mesmo local às mesmas horas.*”

Tal se deve ao facto de termos exigido teste para a realização de entrada no congresso e outros testes realizados ao longo da semana por delegados, membros da mesa e CPD terem dado positivo à COVID- 19. No momento encontram-se delegados, membros da mesa e Presidentes de Concelhia infetados. De referir que muitos destes tiveram contacto na eleição de delegados no

passado fim de semana. Sendo importante que temos de ser responsáveis e salvaguardar a nossa imagem, primeiro não transmitindo uns aos outros e segundo não pondo uma campanha eleitoral em risco tomámos a decisão de reagendar.

Assim não nos foi possível antecipadamente enviar em tempo útil errata para povo livre e pretendemos congelar o processo de eleição de delegados e a única lista entregue, ficando apenas por realizar o congresso distrital de acordo com o calendário eleitoral.

Não é uma decisão fácil, mas que ambas as partes devem compreender devido à gravidade da situação.”

II. Análise

O Presidente de Mesa do Congresso Distrital da JSD Leiria marcou a realização do VI Congresso da JSD Distrital de Leiria, através de Convocatória publicada em Povo Livre, no dia 17 de novembro de 2021.

Nessa sequência, todos os atos conducentes à realização deste mesmo Congresso foram praticados, incluindo a realização das eleições para delegados ao Congresso Distrital e a consequente entrega de listas, neste caso de uma lista única, candidata aos órgãos distritais da JSD Leiria.

Não obstante e como é do comum conhecimento, o país e o mundo enfrentam uma pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 nas suas diversas variantes, vírus esse que provoca a doença COVID-19. No presente, Portugal encontra-se em situação de calamidade desde o dia 1 de dezembro de 2021, situação que se manterá até ao dia 20 de março de 2022, considerando o elevado número de contágios provocados pela variante Ómicron.

Nesta sequência, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu, no passado dia 14 de janeiro de 2022, uma comunicação do Presidente de Mesa do Congresso Distrital da JSD Leiria que expressava a decisão de não realização do Congresso Distrital na data estipulada na convocatória previamente publicada em “Povo Livre”.

Motivou esta comunicação o facto de diversos intervenientes no Congresso Distrital terem testado positivo à COVID-19 ou terem sido identificados como cidadãos em vigilância ativa, conforme explanado no email do Presidente de Mesa. Tal facto gerou a preocupação do órgão competente

para a organização dos trabalhos, bem como de outros intervenientes e interessados, entre os quais o próprio cabeça de lista à Comissão Política Distrital.

Acontece, porém, que o conhecimento dos casos positivos que foram comunicados a este Conselho de Jurisdição Nacional ocorreu após a publicação do "Povo Livre", não tendo existido tempo útil para publicação de errata a reagendar o Congresso para outra data, precavendo desta forma possíveis e prováveis contágios que, alegadamente, foram propagados nas próprias eleições para delegados que ocorreram previamente à data de previsão de realização do congresso.

Isto, considerando que as convocatórias eleitorais são obrigatoriamente publicadas em "Povo Livre" com a antecedência mínima de 30 dias, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 9º do Regulamento Eleitoral da JSD, conjugado com o artigo 93º dos Estatutos Nacionais da JSD.

Certo é que a Juventude Social Democrata e, por conseguinte, todos os seus militantes e em particular os militantes com responsabilidades acrescidas na vida da estrutura, devem primar por praticar atos e tomar decisões responsáveis e exemplares.

Em particular, no que ao caso em concreto diz respeito, outra solução não haveria, perante os casos positivos e em isolamento que se verificaram na véspera do Congresso Distrital, que proceder ao adiamento da realização do ato eleitoral presencial e da realização dos restantes trabalhos, evitando assim a propagação do vírus, no evento que comportaria dezenas de pessoas, em local fechado.

Cabe agora ao Conselho de Jurisdição Nacional decidir, com base na análise dos factos e perante a inexistência de previsão estatutária ou regulamentar que estipule uma situação tão específica, tentando não prejudicar o funcionamento da estrutura e nenhum dos intervenientes, tomando ainda em conta a situação excecional que o país atravessa no âmbito do combate à pandemia, procurando ainda efetuar um juízo que tenha em conta a especial sensibilidade do momento atravessado pelo país.

III. Conclusão

Nesses termos, verificando-se que não existe integração de lacunas quanto a esta questão em concreto com recurso à analogia com os Estatutos do PSD (artigo 121º dos ENJSD), considera o CJN que o Presidente de Mesa do Congresso Distrital da JSD Leiria deve proceder com o envio

para "Povo Livre" de errata com a previsão de reagendamento do VI Congresso da JSD Distrital de Leiria, em cumprimento com os prazos previstos no Regulamento Eleitoral e nos Estatutos.

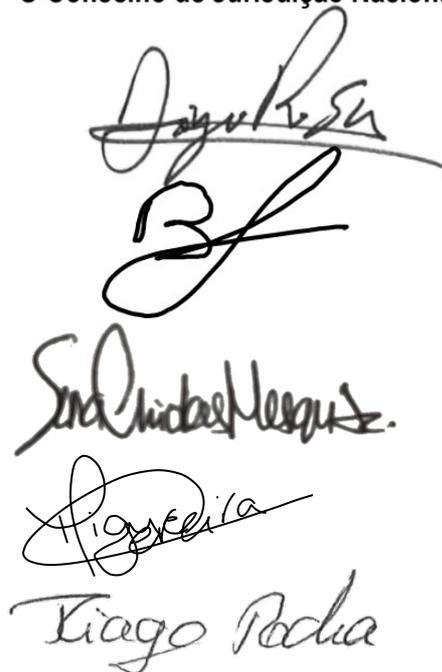
Devem, ainda, ser aproveitados todos os atos prévios já realizados, nomeadamente as eleições para delegados, sendo apenas consideradas as listas já entregues.

É este o nosso parecer.

Notifique-se:

- O Presidente de Mesa do Congresso Distrital da JSD Leiria;
- O Presidente de Mesa do Congresso Nacional da JSD;
- O Secretário-Geral, para:
 - a) conhecimento;
 - b) publicação no Povo Livre.

O Conselho de Jurisdição Nacional



The image shows four handwritten signatures in black ink, arranged vertically. The first signature is the most stylized, followed by a signature that appears to be 'B'. The third signature is 'Sen. Michael Mesquita' and the fourth is 'Tiago Rocha'.